

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DRA, DMPL, a DFC e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 20/02/2025, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Ediano José Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Demonstrações Financeiras 2024

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de
Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

Somos o

Sicredi

A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil



Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em **mais de 2 mil** municípios
- Em **mais de 200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos **mais de 8,5 milhões** de associados
- Temos **mais de 2,8 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Investimentos
- Consórcios
- Conta 100% digital
- Cartões
- Seguros
- Máquina de cartões
- E muito mais

Durante o exercício de 2024 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Em 2024, a cooperativa Sicredi Biomas tomou diversas decisões estratégicas que contribuíram significativamente para os resultados obtidos no exercício. Entre os principais fatos, destacam-se:

Entrega de Novas Agências: A cooperativa inaugurou duas novas agências, sendo uma em Humaitá-AM e outra em Rio Branco-MT, melhorando o acesso dos associados aos serviços financeiros.

Campanha de Capitalização: Foi realizada uma campanha de capitalização que incentivou os associados a investirem mais na cooperativa, fortalecendo o patrimônio e permitindo maior capacidade de crédito e suporte financeiro aos associados.

Campanha Sinal Verde: A Campanha Sinal Verde teve um impacto significativo no crescimento do resultado operacional da cooperativa em 2024. A campanha focou no financiamento de veículos e energia solar, aproveitando as oportunidades de financiamento sustentável. A análise dos percentuais atingidos mostrou que a campanha contribuiu para o aumento das ofertas de produtos e serviços.

Mesa do Presidente: A iniciativa "Mesa do Presidente" foi implementada para promover um canal direto de comunicação entre a presidência da cooperativa e os associados, permitindo maior transparência e participação nas decisões estratégicas.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 29 anos de existência, o programa impactou mais de 5,3 milhões de crianças e adolescentes em mais de 730 municípios.

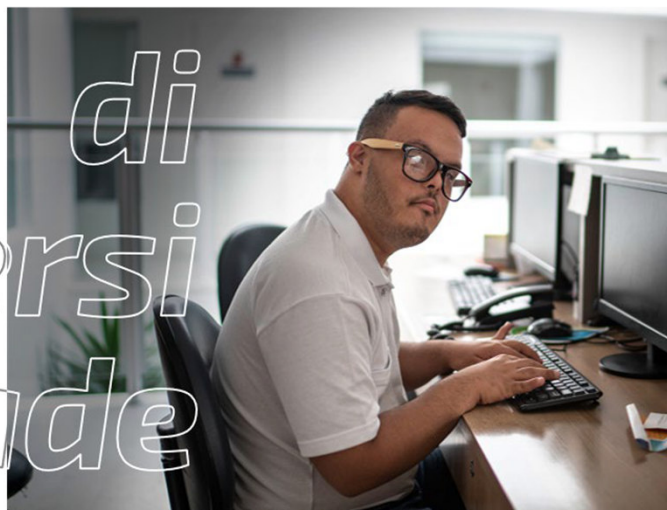
PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.

di
versi
dade



Fundo Social: Formado com recursos das sobras apuradas ao final de cada exercício, o Fundo Social da Sicredi Biomas apoia entidades, atividades ou projetos que beneficiam as comunidades locais. Em 2024, apoiou projetos nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, meio ambiente e inclusão social.

Programas de Educação

Financeira: Diversos programas foram desenvolvidos para promover a educação financeira junto a escolas e comunidades. Em 2024, a Sicredi Biomas realizou mais de 14.876 ações, impactando milhares de pessoas e capacitando os associados a gerirem melhor seus recursos.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2024 fomos reconhecidos como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria empresas gigantes, no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar 2024.

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo.

AAA – Fitch

AAA – Moodys

AAA – Standard&Poor's

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		3.055.064	2.856.452
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	13.437	14.667
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.099.614	2.843.388
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	43.592	49.105
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	1.026.326	917.735
Centralização financeira	(Nota 04)	131.555	139.538
Relações interfinanceiras ativas		1.085	813
Operações de crédito	(Nota 07)	1.706.595	1.582.316
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	190.461	153.881
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(175.698)	(109.356)
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	20.149	24.391
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	93.128	80.300
INTANGÍVEL	(Nota 10)	4.434	3.062
TOTAL DO ATIVO		3.055.064	2.856.452
PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		2.696.323	2.535.798
DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.430.914	1.150.316
Depósitos à vista		409.436	374.383
Depósitos de poupança		9.878	4.742
Depósitos interfinanceiros		409.348	264.208
Depósitos a prazo		602.252	506.983
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.072.345	1.213.364
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	4.805	3.805
Relações interfinanceiras	(Nota 13)	982.945	1.137.604
Obrigações por empréstimos		4.185	6.325
Obrigações por repasses		-	7
Outros passivos financeiros	(Nota 14)	80.410	65.623
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	172	61
OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	192.892	172.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	358.741	320.654
CAPITAL SOCIAL		178.951	145.117
RESERVAS DE SOBRAS		178.725	173.199
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.065	2.338
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.055.064	2.856.452

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas		01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		257.240	494.374	439.086
Operações de crédito	(Nota 07)	183.447	351.271	298.731
Resultado de títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	65.671	127.052	126.321
Ingressos de depósitos intercooperativos	(Nota 05)	8.122	16.051	14.034
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(174.478)	(362.028)	(296.896)
Operações de captação no mercado	(Nota 20)	(56.010)	(106.655)	(99.403)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 13)	(48.465)	(102.783)	(112.761)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(70.003)	(152.590)	(84.732)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		82.762	132.346	142.190
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(60.376)	(117.793)	(109.362)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	43.264	83.122	64.836
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22)	7.876	15.091	10.977
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23)	(41.246)	(78.319)	(67.574)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24)	(46.192)	(88.653)	(83.157)
Dispêndios e despesas tributárias		(654)	(1.059)	(863)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25)	16.969	28.145	24.053
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26)	(40.393)	(76.120)	(57.634)
RESULTADO OPERACIONAL		22.386	14.553	32.828
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		22.386	14.553	32.828
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 18)	(776)	(1.382)	-
Provisão para Imposto de Renda		(476)	(847)	-
Provisão para Contribuição Social		(300)	(535)	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		-	(2.541)	(3.396)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		21.610	10.630	29.432

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Sobras ou perdas antes das destinações	21.610	10.630	29.432
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	21.610	10.630	29.432

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	88.838	163.209	10.632	262.679
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.492	-	(10.503)	(11)
Outras destinações	-	-	(129)	(129)
Capital de associados				
Aumento de capital	38.576	-	-	38.576
Baixas de capital	(6.078)	-	-	(6.078)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	171	-	171
Resultado do exercício	-	-	29.432	29.432
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.870)	(1.870)
Juros sobre o capital próprio	13.289	-	(13.847)	(558)
Reserva legal - Estatutária	-	9.819	(9.819)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.558)	(1.558)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	145.117	173.199	2.338	320.654
Mutações do exercício	56.279	9.990	(8.294)	57.975
Saldos no início do exercício em 01/01/2024	145.117	173.199	2.338	320.654
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.313	-	(2.338)	(25)
Capital de associados				
Aumento de capital	38.907	-	-	38.907
Baixas de capital	(7.386)	-	-	(7.386)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	1.051	-	1.051
Resultado do exercício	-	-	10.630	10.630
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(853)	(853)
FATES - Ato não cooperativo	-	-	(3.527)	(3.527)
Reserva legal - Estatutária	-	4.475	(4.475)	-
Fundo de Expansão - Estatutário	-	-	(355)	(355)
Fundo Social - Estatutário	-	-	(355)	(355)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024	178.951	178.725	1.065	358.741
Mutações do exercício	33.834	5.526	(1.273)	38.087
Saldos no início do semestre em 01/07/2024 (Não auditado)	166.339	174.234	(10.980)	329.593
Capital de associados				
Aumento de capital	16.619	-	-	16.619
Baixas de capital	(4.007)	-	-	(4.007)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	16	-	16
Resultado do semestre	-	-	21.610	21.610
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(853)	(853)
FATES - Ato não cooperativo	-	-	(3.527)	(3.527)
Reserva legal - Estatutária	-	4.475	(4.475)	-
Fundo de Expansão - Estatutário	-	-	(355)	(355)
Fundo Social - Estatutário	-	-	(355)	(355)
Saldos no fim do semestre em 31/12/2024	178.951	178.725	1.065	358.741
Mutações do semestre	12.612	4.491	12.045	29.148

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	93.602	170.820	121.921
Sobras ou perdas do semestre/exercício	21.610	10.630	29.432
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	71.992	160.190	92.489
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.003	152.590	84.732
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(69)	(69)	69
Depreciação e amortização	6.300	11.824	9.803
Baixas do ativo permanente	55	114	103
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	83	111	(348)
Destinações ao FATES	(4.380)	(4.380)	(1.870)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(84.366)	16.986	(233.883)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	8.592	5.513	(10.205)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	93.415	94.127	(219.719)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.201	(272)	(101)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(60.763)	(210.527)	(278.829)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	(1.655)	1.000	3.805
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(159.430)	(154.659)	159.702
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(17.144)	(36.580)	(36.529)
(Aumento) Redução em outros ativos	4.336	4.311	(6.069)
Aumento (Redução) em depósitos	24.684	280.598	119.771
Aumento (Redução) em passivos financeiros	7.336	14.787	20.169
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.064)	(2.147)	(2.200)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(753)	(1.870)	(5.371)
(Redução) Aumento em outros passivos	15.879	22.705	21.693
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	9.236	187.806	(111.962)
Aquisição de imobilizado	(13.116)	(23.085)	(30.288)
Aplicações no intangível	(2.335)	(3.053)	(764)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(15.451)	(26.138)	(31.052)
Integralização de capital	16.619	38.907	38.576
Baixa de capital	(4.007)	(7.386)	(6.078)
Reversão capital a pagar	16	1.051	171
Fundos estatutários	(710)	(710)	(1.558)
Juros ao capital próprio	-	-	(558)
Distribuição de Sobras	-	(25)	(140)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	11.918	31.837	30.413
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.703	193.505	(112.601)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	568.783	380.981	493.582
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 04)	574.486	574.486	380.981

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 29/01/1989 e sede situada na Avenida Castelo Branco, 194, na cidade de Araputanga - MT. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2024, está organizado por 103 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.870 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 32 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e 48 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 14 de Fevereiro de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 3.728 (dezembro de 2023 - R\$ 4.977) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

t) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 a Cooperativa não apresentou resultados não recorrentes.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	13.437	14.667
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira	429.494	226.776
Centralização financeira	131.555	139.538
Total	574.486	380.981

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 104% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	43.592	43.592	49.105
Total	-	-	43.592	43.592	49.105
Total não circulante				43.592	49.105

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos de renda fixa - CPR	86.324	164.010	244.757	495.091	595.608
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	412.305	-	-	412.305	26.833
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	17.189	-	-	17.189	199.943
Participações de Cooperativas	-	-	101.741	101.741	95.351
Total	515.818	164.010	346.498	1.026.326	917.735
Total circulante				679.828	536.057
Total não circulante				346.498	381.678

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos multimercado, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Sicredi Participações S.A.	18.254	18.254
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	1	1
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	83.486	77.096
Total	101.741	95.351

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas possuídas ON	6.127.094 ON	6.127.094 ON	1	1	83.485.936	77.095.533
Número de ações/quotas possuídas PN	12.127.312 PN	12.127.312 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,40%	0,42%	0,62%	0,62%	7,35%	7,94%
Capital social	4.541.716	4.341.716	161	161	1.136.493	971.071
Patrimônio líquido	4.621.756	4.427.933	271.199	416.033	1.146.353	987.882
Resultado líquido do exercício	67.065	120.326	(144.834)	46.767	2.128	1.590
Valor das participações das cooperativas	18.254	18.254	1	1	83.486	77.096

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de fundos	20.004	36.996	38.482
Depósitos interfinanceiros	2.406	4.632	5.325
Títulos de renda fixa (CPR)	43.261	85.424	82.514
TOTAL	65.671	127.052	126.321

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2024					31/12/2023
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	59.182	190.276	321.078	401.357	971.893	822.432
Financiamentos	3.626	21.852	55.341	84.349	165.168	191.478
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.565	56.728	238.312	255.722	557.327	561.098
Financiamentos habitacionais	-	365	1.091	10.751	12.207	7.308
Total das operações de crédito	69.373	269.221	615.822	752.179	1.706.595	1.582.316
Avais e fianças honrados (Nota 08)	5.942	266	-	-	6.208	1.689
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	43	180	775	3.055	4.053	2.028
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	116.775	43.858	912	161.545	133.119
Total de outros créditos	5.985	117.221	44.633	3.967	171.806	136.836
Carteira total	75.358	386.442	660.455	756.146	1.878.401	1.719.152
Total circulante					1.122.255	870.113
Total não circulante					756.146	849.039

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AA	-	23.673	50.452	-	-
A	0,50	709.870	901.862	3.549	4.509
B	1,00	458.023	395.061	4.574	3.951
C	3,00	318.598	167.976	9.551	5.039
D	10,00	162.164	77.689	16.216	7.769
E	30,00	50.101	29.660	15.030	8.898
F	50,00	41.889	20.425	20.945	10.212
G	70,00	27.511	23.497	19.258	16.448
H	100,00	86.572	52.530	86.575	52.530
Total		1.878.401	1.719.152	175.698	109.356

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 711.264 (dezembro de 2023 - R\$ 607.112) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 19.202 (dezembro de 2023 - R\$ 9.223) conforme (Nota 14).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2024					31/12/2023
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	49.794	224.110	277.871	327.814	879.589	743.356
Rural	6.565	56.728	238.312	255.722	557.327	561.098
Industrial	56	2.135	3.401	2.883	8.475	7.584
Comércio	11.147	60.774	81.447	86.847	240.215	223.623
Habitacional	-	365	1.091	10.751	12.207	7.308
Pessoas jurídicas	7.796	42.330	58.333	72.129	180.588	176.183
Carteira total	75.358	386.442	660.455	756.146	1.878.401	1.719.152
Total circulante					1.122.255	870.113
Total não circulante					756.146	849.039

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	64.884	3,45	55.113	3,21
50 devedores seguintes	152.345	8,11	123.825	7,20
100 devedores seguintes	162.354	8,64	143.194	8,33
Demais	1.498.818	79,80	1.397.020	81,26
TOTAL	1.878.401	100,00	1.719.152	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	155.426	109.356	66.015
Constituição de provisão	104.488	207.746	130.669
Reversão de provisão	(34.485)	(55.156)	(45.937)
Movimento da provisão para perdas no resultado	70.003	152.590	84.732
Movimentação de baixados para prejuízo	(49.731)	(86.248)	(41.391)
Saldo final	175.698	175.698	109.356

f) Resultado com operações de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	133.175	253.517	216.308
Financiamentos	19.726	40.080	39.446
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.036	45.529	33.411
Financiamentos habitacionais	541	946	392
Outros	641	911	497
Subtotal	177.119	340.983	290.054
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	6.328	10.288	8.677
TOTAL	183.447	351.271	298.731

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 276.741 (2023 - R\$ 114.559)

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	160.633	132.306
Ressarcimento de despesas	4.386	4.970
Dividendos a receber	64	143
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	998	483
Avais e fianças honrados (Nota 07)	6.208	1.689
Transações com cartão de crédito (b)	11.049	8.745
Outros	246	257
Total Circulante	183.584	148.593
Devedores por depósitos em garantia	2.910	2.930
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	3.055	1.545
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	912	813
Total não circulante	6.877	5.288
Total	190.461	153.881

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasse das receitas sobre a carteira de aquisição).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	4.945	5.431
Adiantamentos e antecipações salariais	116	237
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.429	1.344
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a)	953	2.189
Cotas de consórcio	2.984	2.509
Atualização monetária sobre DIs (Central)	692	569
Impostos e contribuições a compensar (b)	412	671
Pendências a regularizar	1.711	1.684
Valores a receber SFG	107	369
Outros	1.358	174
Total Circulante	14.707	15.177
Outros valores e bens	5.442	9.214
Total não circulante	5.442	9.214
Total	20.149	24.391

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	4.209	4.854
Imóveis	2.265	(119)
Veículos e afins	1.873	1.169
Máquinas e equipamentos	71	3.804
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	(69)
Material em estoque	1	-
Despesas antecipadas	735	646
Total Circulante	4.945	5.431
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	5.442	9.214
Imóveis	5.442	9.214
Total Não Circulante	5.442	9.214
Total	10.387	14.645

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(69)	-
Constituição de provisão	-	(69)
Reversão de provisão	69	-
Saldo final	-	(69)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	129.507	(36.379)	93.128	80.300
Imobilizações em curso	-	15.436	-	15.436	14.066
Terrenos	-	9.884	-	9.884	8.869
Edificações	4%	7.469	(1.472)	5.997	3.988
Instalações	10%	5.151	(1.502)	3.649	3.803
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	37.142	(11.974)	25.168	21.568
Móveis e equipamentos	10%	27.777	(6.967)	20.810	15.946
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.249	(886)	1.363	1.287
Equipamentos de processamento de dados	20%	22.371	(12.383)	9.988	10.036
Veículos	20%	2.028	(1.195)	833	737
Intangível	-	17.478	(13.044)	4.434	3.062
Investimentos Confederação	20%	17.473	(13.041)	4.432	3.059
Outros ativos intangíveis	20%	5	(3)	2	3

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	409.436	-	-	409.436	374.383
Depósitos de poupança	9.878	-	-	9.878	4.742
Depósitos interfinanceiros	153.583	82.221	173.544	409.348	264.208
Depósitos a prazo	43.026	51.217	508.009	602.252	506.983
Carteira total	615.923	133.438	681.553	1.430.914	1.150.316
Total circulante				749.361	515.025
Total não circulante				681.553	635.291

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a)	1.430	3.375	-	4.805	3.805
Total	1.430	3.375	-	4.805	3.805
Total circulante				4.805	825
Total não circulante				-	2.980

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasse interfinanceiros	982.945	1.137.603
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1
Total	982.945	1.137.604

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	104.414	337.913	433.688	876.015	1.035.197
Total - Recursos do Crédito Rural	104.414	337.913	433.688	876.015	1.035.197
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	8.778	69.690	28.462	106.930	102.406
Total - Outros Recursos	8.778	69.690	28.462	106.930	102.406
Total	113.192	407.603	462.150	982.945	1.137.603
Total circulante				520.795	467.916
Total não circulante				462.150	669.687

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,55% a.a. com vencimentos até 15/01/2033, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2024, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 102.783 (2023 - R\$ 112.761).

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	4.474	1.752
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	15.221	9.944
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG (d)	163	171
Recursos em trânsito de terceiros (b)	1.713	2.173
Total Circulante	21.571	14.040
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	14.728	7.471
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	34.411	34.411
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG (d)	9.700	9.701
Total não Circulante	58.839	51.583
Total	80.410	65.623

- (a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.
- (b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.
- (c) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrado entre a Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.
- (d) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em novembro de 2019, com vencimento em novembro de 2029, com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	Provável	100	17
Cível	Provável	72	44
Total não circulante		172	61

Natureza	31/12/2023	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2024
Trabalhista	17	83	-	100
Cível	44	42	(14)	72
Total não circulante	61	125	(14)	172

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	31	1.081	31	782
Tributária	4	2.382	3	2.072
Total	35	3.463	34	2.854

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.910 (dezembro de 2023 - R\$ 2.931), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Transações com cartões de crédito (a) (Nota 19)	161.386	137.778
Provisão para pagamentos a efetuar	7.205	6.010
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo (Nota 19)	2.056	1.837
Cotas de capital a pagar	3.628	4.493
Provisão para participações nos lucros	-	3.463
Fundo de assistência técnica, educacional e social	852	1.870
Fundo de assistência técnica, educacional e social - Ato não cooperativo	3.527	-
Fundos voluntários	892	402
Impostos e contribuições a recolher	3.324	2.554
Contas a pagar - credores diversos	4.504	5.013
Patrocínios esportivos a pagar Central	-	2.626
Contas a pagar empresas do grupo (Nota 19)	1.711	1.202
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis(c)	431	38
Cheques administrativos	1.681	2.667
Cobrança e arrecadação de tributos (b)	224	333
Crédito SESCOOP	-	1.560
Pendências a regularizar	1.471	211
Total Circulante	192.892	172.057

(a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

(b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

(c) A partir de 2023 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	Variação	31/12/2024	31/12/2023
Capital social inicial	56.279	145.117	88.838
Integralização de Capital - quotas partes	331	38.907	38.576
Integralização de Capital - distribuição de sobras	(8.179)	2.313	10.492
Baixa de Capital	(1.308)	(7.386)	(6.078)
Juros ao Capital próprio	(13.289)	-	13.289
Capital social final	33.834	178.951	145.117

Em 31 de dezembro de 2024, o total de associados foi de 93.550 (em dezembro de 2023 - 79.977).

b) Juros ao capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa não efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio. Em dezembro de 2023, o montante pago foi de R\$ 13.847, sendo parte desse valor integralizado ao capital, calculado em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 dezembro de 2024, o valor foi de R\$ 1.051 (dezembro de 2023 R\$ 171).

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	10.630	29.432
(-) Juros sobre capital próprio	-	(13.847)
(-) FATES ato não cooperativo	(3.527)	-
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	7.103	15.585

DESCRIÇÃO	% das destinações 2024	% das destinações 2023	31/12/2024	31/12/2023
FATES	12,00%	12,00%	(853)	(1.870)
Reserva Legal	63,00%	63,00%	(4.475)	(9.819)
Fundo Social	5,00%	5,00%	(355)	(779)
Fundo de Expansão	5,00%	5,00%	(355)	(779)
(=) Total das destinações			(6.039)	(13.247)
Sobras Líquidas a disposição da AGO			1.065	2.338

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

A Reserva de Expansão é destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação.

O Fundo Social tem como objetivo promover ações sociais e investimentos para proporcionar o desenvolvimento sustentável na área de atuação da cooperativa.

O Fundo de Expansão é destinado as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	14.552	32.828
Participação nas sobras	(2.540)	(3.396)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.012	29.432
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.805)	(11.773)
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	2.761	9.782
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	-	5.539
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	612	-
Demais adições e exclusões previstas na legislação	50	(443)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.382)	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	43.592	49.105
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.026.326	917.735
Centralização financeira (Nota 04)	131.555	139.538
Outros ativos financeiros (Nota 08)	4.415	5.025
Outros ativos (Nota 09)	1.752	3.127
Intangível (Nota 10)	4.432	3.059
Passivo		
Outros passivos (Nota 16)	165.153	135.309
Outros passivos financeiros (Nota 14)	59.495	54.227
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	409.348	264.208
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	982.945	1.137.603
Obrigações por empréstimos	4.185	6.325
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)	127.052	126.321
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	26.845	19.484
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	236	1.671
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)	16.051	14.034
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 20)	49.908	41.391
Operações de empréstimos e repasses (13)	102.783	112.761
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	4.556	4.396
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	27.092	21.530

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Descrição	31/12/2024	% em relação ao total	31/12/2023
Depósitos à vista (Nota 11)	377	0,10%	172
Depósitos a prazo (Nota 11)	-	0,00%	1.331
Operações de crédito (Nota 07)	6.647	0,39%	4.873

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas chave da administração	3.769	3.850

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	264	432	214
Depósitos interfinanceiros	21.708	42.236	33.906
Depósitos de aviso prévio	15	30	39
Depósitos a prazo	28.991	54.225	56.509
Letras de crédito imobiliário - LCI	269	588	9
Letras financeiras	4.001	7.672	7.485
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	762	1.472	1.241
Total	56.010	106.655	99.403

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança	1.429	2.852	2.740
Comissões	3	7	4
Consórcios	2.565	4.770	3.708
Convênios	327	689	903
Distribuição de produtos e serviços bancários	13.615	26.655	19.228
Processamento da compensação	23	45	47
Seguros	5.099	10.299	9.548
Taxas e tarifas	437	892	893
Serviços de pagamento	15.855	29.663	21.178
Antecipação de recebíveis	3.566	6.733	6.256
Outros serviços	345	517	331
Total	43.264	83.122	64.836

NOTA 22 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Pacotes de serviços - PF	4.809	9.184	6.995
Serviços prioritários - PF	140	307	391
Serviços diferenciados - PF	1	2	6
Serviços especiais - PF	-	3	4
Tarifas bancárias - PJ	2.926	5.595	3.581
Total	7.876	15.091	10.977

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	20.864	40.185	35.201
Benefícios	11.638	22.444	18.974
Encargos sociais	8.620	15.351	13.235
Treinamentos	124	339	164
Total	41.246	78.319	67.574

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	501	1.119	1.269
Aluguéis	3.846	7.731	8.208
Comunicação	1.561	3.004	2.397
Manutenção e conservação	3.215	6.439	5.284
Material de expediente	1.193	1.919	1.652
Processamento dados	3.505	6.716	4.686
Propaganda e publicidade	1.335	2.221	2.091
Promoções e relações públicas	5.599	12.219	9.248
Serviços do sistema financeiro	2.178	4.122	3.422
Assessoria e consultoria	560	1.040	760
Auditoria externa	59	59	46
Serviços jurídicos	298	649	1.098
Serviços de terceiros	665	2.187	2.628
Serviços de técnicos especializados	1.420	2.095	5.214
Serviços de vigilância e segurança	1.429	2.729	2.285
Serviços de transportes	3.575	6.507	4.843
Depreciação	5.366	10.143	8.296
Amortização (Rateio Confederação)	933	1.680	1.506
Amortização outros ativos intangíveis	1	1	1
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.744	2.856	7.759
Emolumentos e taxas diversas	2.154	4.137	1.955
Ressarcimento tarifas	60	156	184
Seguros	174	363	426
Despesas com Viagens	934	1.926	1.890
Rateio Confederação - Recuperação de Crédito	1.816	3.396	1.434
Outras despesas administrativas	2.071	3.239	4.575
Total	46.192	88.653	83.157

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Absorção de dispêndios - FATES	753	1.870	5.371
Utilização de fundos voluntários	1.558	1.783	2.639
Lucros na alienação de valores e bens	247	283	154
Recuperação de encargos e despesas	5.753	11.264	3.804
Reversão de provisões operacionais	1.982	2.304	768
Reversão de provisões impostos folha	1.763	2.378	1.989
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.928	6.195	3.801
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	8	14	404
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a)	-	-	1.834
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	134	242	219
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	389	798	814
Juros ao capital	-	-	1.065
Lucros e dividendos de partes relacionadas (Nota 19)	64	64	268
Outras rendas operacionais	390	950	923
Total	16.969	28.145	24.053

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.301	5.233	6.667
Contribuições Cooperativistas (Nota 19)	90	177	167
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	828	1.426	734
Contribuição Confederação Sicredi (Nota 19)	9.018	16.923	15.612
Contribuições Cooperativa Central Sicredi Centro Norte (Nota 19)	1.550	2.802	2.397
Encargos da administração financeira	1	3	3
Prejuízo na alienação de valores e bens	374	700	194
Provisões para garantias financeiras prestadas	8.753	16.414	8.146
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	91	125	56
Outras provisões operacionais	1.352	2.583	2.245
Serviços associados a transações de pagamento	13.132	24.918	17.481
Risco operacional	325	1.584	783
Juros e comissões	9	13	16
Tarifa serviços folha pagamento servidores	14	24	16
Distribuição de produtos e serviços bancários	31	103	484
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	289	574	594
Outras despesas operacionais	1.235	2.518	2.039
Total	40.393	76.120	57.634

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de garantias prestadas	711.264	607.112
Total	711.264	607.112

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papeis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAS;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

Refere-se a potenciais ameaças que podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas. O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	413.801	371.818
Nível I (NI)	354.307	317.592
Capital principal - CP	354.307	317.592
Capital social	178.951	145.117
Reservas de capital	178.725	173.199
Sobras acumuladas	1.065	2.338
Ajustes Prudenciais	(4.434)	(3.062)
Dedução de investimento em outras entidades	-	-
Nível II (NII)	59.494	54.226
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	59.494	54.226
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.637.736	2.542.390
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	9.857	4.284
Margem de Capital	126.982	100.583
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,69%	14,62%
Situação de Imobilização (Imob)	93.127	80.300
Índice de Imobilização (Imob / PR)	22,51%	21,60%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Implantação da Resolução 4.966

Com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis entre as normas do BCB e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil emitiu as seguintes normas:

- A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações correlatas posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e
- A Resolução BCB nº 352/23, que revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309/23 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As mudanças do plano foram publicadas pelo órgão nos seguintes normativos:

- Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e
- Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;

iv) Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram estimados pelo Sicredi, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o SICREDI dividiu o projeto em etapas ao longo de 2024, a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pelo Sicredi, levando em consideração o planejamento de atividades, responsáveis, e prazos para adequação dos sistemas de tecnologia e processos internos.

Sendo assim, o Sicredi realizou simulações para avaliação do impacto dos ajustes que deverão compor na posição patrimonial dos instrumentos financeiros, em contrapartida, ao patrimônio líquido na transição da norma em 1 de janeiro de 2025.

Provisão associada ao risco de crédito e reconhecimento de juros suspensos

De acordo com as simulações efetuadas durante o segundo semestre de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, espera-se um incremento de até 1,11% sobre os ativos financeiros (operações de crédito) devido à nova metodologia de cálculo das perdas esperadas por risco de crédito, que leva em conta critérios de perdas esperada ao invés de perda incorrida (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

O Sicredi adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros ("stop accrual") realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos. Os valores apurados não são relevantes em seu reconhecimento inicial.

Classificação de Ativos Financeiros

Com o advento da Resolução CMN n.º 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação, nos valores recebidos e pagos na aquisição ou originação do instrumento quando esses forem atribuíveis individualmente à operação, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários passarão a ter os custos de transação, valores recebidos e pagos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros originados a partir de janeiro/2025 reconhecidos nas categorias Custo Amortizado (CA) ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação, nos valores recebidos e pagos na aquisição ou originação do instrumento quando esses forem atribuíveis individualmente à operação, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários passarão a ter os custos de transação, valores recebidos e pagos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Classificação de Passivos Financeiros

Não foram identificados ajustes de transição da norma com relação a reclassificação dos Passivos Financeiros.

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. A regulamentação do projeto foi iniciada através do PLP nº 68, aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2024; em janeiro de 2025, a partir da sanção presidencial, o referido PLP foi convertido na Lei Complementar 214/25.

A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS. A nova legislação vigorará a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975/21

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.

d) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, desempenhou um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação foi marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades. Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi se mobilizou para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição disponibilizou linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados pudessem recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi promoveu ações de arrecadação de doativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações foram distribuídas de forma organizada, garantindo que chegassem às mãos daqueles que mais necessitavam.

A instituição também investiu em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes. A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstrou o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, promovendo a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

Ediano José Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20